

Documento do MEC: Educação no Brasil é elitista e autoritária

DEO

6 OUT 1985

BRASILIA — “Elitista, vazia, controlada, discriminatória, insegura, desvalorizada, fechada ao diálogo, autoritária, vítima da interferência político-partidária e indefinida” — estes são alguns adjetivos alinhados em documento do Ministério da Educação para definir — A Escola Que Temos.

Participativa, crítica, integrada à realidade, sem interferência político-partidária, democrática, moralizada, com recursos, preocupada com o desenvolvimento sócio-político e cultural do aluno, com classe de alfabetização e sem turno intermediário, digna e competente — estes são conceitos alinhados no mesmo documento e que deverão caracterizar — A Escola Que Queremos.

O Presidente José Sarney receberá o documento no Palácio do Planalto, no próximo dia 15 — Dia do Professor, no qual está uma síntese do que foi discutido e proposto no Dia Nacional do Debate sobre a Educação — Dia D —, realizado a 18 de setembro. No mesmo dia da entrega do documento, o Ministro da Educação, Marco Maciel, lança o Programa de Valorização do Magistério de Primeiro e Segundo Graus.

Segundo fontes do MEC, o Ministro pretende eliminar a resistência de muitos municípios à aplicação na educação de 25% dos impostos arrecadados, conforme obriga Lei aprovada este ano pelo Congresso. O

MEC vai exigir que todos os municípios elaborem um plano de carreira, para um aumento significativo dos salários dos professores, atualmente considerados aviltantes. No Nordeste, muitos professores do ensino básico recebem apenas um terço do salário mínimo.

“Queremos que a escola volte a ensinar bem a ler, escrever e calcular”

LUIS SOARES,
Subsecretário de 1º e 2º Graus

— O documento “A Escola Que Temos, a Escola que Queremos” é um retrato eloquente da educação básica, sintetizando mais de 1.200 telefonemas, recebidos no Dia D, e cerca de 50 mil sugestões que nos chegaram por telegramas, telex e cartas, remetidas remetidas dos mais distantes pontos do Brasil — explica o Subsecretário da Secretaria do Primeiro e Segundo Graus (Seps), Luis Soares.

— Pela primeira vez, elabora-se um plano de baixo para cima, identificando-se em cada Estado o chamado nível de responsabilidade solidário — o que cabe à escola, à comunidade e ao Estado. O papel do MEC é organizar o óbvio e dar meios para que isso aconteça — comple-

menta o Secretário do Seps, Aloiso Sotero.

O documento será apresentado com a abordagem dos seguintes assuntos: 1. A Questão da Escola; 2. O Professor e Sua Valorização; 3. A Questão do Governo; 4. O Compromisso com a Educação Gratuita e o Acompanhamento Sistemático do Que se Faz na Escola Pública; 5. O Papel Político da Escola.

— Queremos que a escola volte a ensinar bem a ler, escrever, expressar e calcular — afirma Luis Soares.

O Subsecretário garante que, já este ano, o MEC fará seu planejamento com base nas sugestões recebidas no Dia D. No momento, o Ministério trabalha na elaboração de um documento que alinhará a contribuição da imprensa no Dia D, com o levantamento das notícias veiculadas em jornais, rádios e televisões.

Na elaboração dos documentos, o MEC conta com o apoio da Fundação Joaquim Nabuco, de Recife, da Associação Nacional de Educação, da Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal Para a Formação do Profissional (Cenafor) e de outros órgãos especializados. Entregue o documento ao Presidente Sarney, o Ministério realizará um acontecimento não imaginável pela burocracia brasileira: um dia de debates dentro do tema O MEC que temos, o MEC que queremos.